

CAIUÁ MAIA/DIVULGAÇÃO CAMPANHA TARCÍSIO DE FREITAS



Governador respondeu perguntas da imprensa sobre operação do MP

“Não vou tolerar desvios”, diz Tarcísio após prisão de ex-diretor tributário

O Ministério Público de São Paulo deflagrou na quinta-feira (3) uma operação contra um esquema de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo procedimentos tributários na Secretaria da Fazenda do Estado. Foram expedidos dois mandados de prisão preventiva e 47 de busca e apreensão. Entre os presos está André Weiss, ex-diretor-geral executivo da Administração Tributária e então número 3 da Fazenda paulista, que deixou o cargo em maio. A investigação, desdobramento da Operação Ícaro, apura pagamentos para facilitar a liberação de créditos de ICMS. Segundo o MP, as vantagens indevidas variavam de 1% a 10% dos créditos. Um dos investigados teria repassado R\$ 13,6 milhões ao então delegado regional tributário do Butantã entre 2021 e 2025. O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou durante coletiva de imprensa que não vai tolerar desvios e defendeu a responsabilização dos envolvidos.

Desfile de 7 de Setembro deve reunir autoridades

O desfile cívico-militar de 7 de Setembro - Dia da Independência, será realizado a partir das 9h, no Distrito Anhembi, na capital paulista. Está prevista a presença do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), do vice-governador Felício Ramuth (PSD) e do prefeito da capital, Ricardo Nunes (MDB). Até o fechamento desta edição, a campanha de Fernando Haddad (PT) não havia confirmado a participação do candidato. O evento terá representantes das Forças Armadas, forças de segurança, escolas e associações e será aberto ao público.

JOSÉ CORDEIRO/SPTURIS



Ato cívico-militar será no sambódromo do Anhembi, na capital

Justiça manda Derrite retirar propaganda

A Justiça Eleitoral determinou, na quinta-feira (3), que Guilherme Derrite (PP), candidato ao Senado; Barros Munhoz (PSD) e Danilo Joan (PP), candidatos a deputado estadual; e Vinicius Marchese (PSD) e Mauricio Neves (PP), candidatos a deputado federal, retirem, em 48 horas, propagandas instaladas em canteiros e rotatórias de Mogi Guaçu. A juíza Bruna Marchese e Silva considerou que os locais são bens de uso comum. Se a ordem não for cumprida, os materiais poderão ser apreendidos pela Justiça Eleitoral.

SP prorroga isenção de ICMS até dezembro

O governo de São Paulo prorrogou até 31 de dezembro de 2026 a isenção de ICMS sobre produtos industrializados ou semielaborados de origem nacional enviados a Áreas de Livre Comércio. O benefício alcança áreas no Amapá, Roraima, Rondônia, Amazonas e Acre. A medida consta do Decreto nº 70.842, assinado pelo governador Tarcísio de Freitas, e altera o Regulamento do ICMS paulista.

Obras do Rodoanel Norte

Tarcísio de Freitas (Republicanos) visitou nesta quinta (3) as obras do Rodoanel Norte e afirmou que o trecho completo será entregue até o fim do ano. Candidato à reeleição, ele anunciou R\$ 500 bilhões em investimentos para os próximos quatro anos em saneamento, mobilidade, logística e infraestrutura nas periferias.

Porto de Santos

Fernando Haddad (PT), candidato ao governo de São Paulo, afirmou ser contra a privatização do Porto de Santos. Em visita à Baixada Santista, defendeu manter a autoridade portuária pública e conceder espaços específicos à iniciativa privada. Segundo ele, os recursos obtidos seriam destinados a acessos e vias ligados ao complexo portuário.

Entidades proibidas

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) atualizou a lista de entidades proibidas de receber novos auxílios, subvenções ou contribuições do Estado e dos municípios. A relação, publicada no Comunicado SDG nº 44/2026, é revista mensalmente. Entidades são retiradas após regularização e incluídas quando há decisão definitiva da Corte.

Associado a terroristas

A Justiça Eleitoral confirmou em definitivo o direito de resposta de Thiago Ávila (Rede) contra o rabino Micha Gamerman. O processo transitou em julgado e não cabe mais recurso. Micha terá de manter por 52 dias no Instagram o vídeo com a resposta de Ávila às publicações que o associaram a grupos terroristas. A medida havia sido determinada pelo TRE-SP.

Reconhecimento Cultural

A Secretaria da Cultura de SP reconheceu o Projeto Sociocultural Estrela, de São José dos Campos, como instituição cultural. A entidade atende crianças e adolescentes no contraturno escolar, com atividades de música, dança, teatro, artes e esportes. O certificado permite enquadramento em mecanismos estaduais de incentivo à cultura.

Obras de Arte ao Estado

O governo de São Paulo autorizou o recebimento de duas obras de arte doadas por Felipe Martin de Góes à Coordenadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo. A doação, sem encargos para o Estado, foi aprovada após parecer jurídico e manifestação favorável do Conselho de Orientação do Acervo. A autorização foi publicada na quarta-feira (2).

DIVULGAÇÃO/SABESP



Justiça retirou Sabesp da ação por ser Pessoa Jurídica e mantve autoridades

Publicidade da Sabesp vira alvo de ação contra Tarcísio no TRE-SP

Campanha do governador cita “tentativa do PT de impedir a atuação da empresa”

Da **Redação**

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) determinou, na tarde de quinta-feira (3), o prosseguimento de uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) contra o governador e candidato à reeleição Tarcísio de Freitas (Republicanos), o vice-governador Felício Ramuth (MDB) e o diretor-presidente da Sabesp, Carlos Augusto Leone Piani. Os três terão cinco dias para apresentar defesa.

A ação foi ajuizada pela coligação Desperta São Paulo, formada por PDT, PSB, Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV) e Federação PSOL Rede. O processo questiona publicações feitas pela Sabesp a partir de 4 de julho de 2026, início do período de restrição à publicidade institucional previsto na legislação eleitoral.

Segundo a coligação, a campanha realizou 145 publicações no período, das quais cerca de 40 tratariam de serviços, obras, programas e investimentos. Afirma ainda que o conteúdo teria beneficiado eleitoralmente Tarcísio e Felício.

A ação pede o reconhecimento de abuso de poder político, abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação. Entre as sanções solicitadas estão a cassação do registro ou diploma e a decla-

ração de inelegibilidade por oito anos. Os pedidos ainda não foram julgados.

Na decisão, o corregedor regional eleitoral e relator, desembargador Roberto Maia Filho, determinou a exclusão da Sabesp do polo passivo da ação. Ele citou entendimento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de que pessoas jurídicas não podem figurar como rés em Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) porque não estão sujeitas às sanções de cassação e inelegibilidade.

A exclusão não impede que o TRE solicite documentos e informações à empresa durante a apuração. Permanecem como polo passivo: Tarcísio, Felício e Piani, que deverão apresentar defesa em cinco dias. A decisão não analisou o mérito.

Em nota, a campanha de Tarcísio afirmou que o governador ainda não foi notificado e classificou a ação como uma “nova tentativa do PT de impedir a atuação da Sabesp”. Segundo a campanha, “uma representação anterior sobre publicidade da companhia foi rejeitada pelo TRE sob o entendimento de que, por ser uma empresa privada, a Sabesp pode divulgar seus serviços e orientar consumidores”. O Correio da Manhã também encaminhou questionamentos à Sabesp e aguarda resposta.